



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679993 - SP (2021/0218263-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MELISSA MAYRA DE PAULA SANCHEZ CURI - SP272170  
LARA CAROLINE DE ALMEIDA - SP418701  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : BRUNO DE JESUS MARTINS (PRESO)  
**CORRÉU** : GUILHERME SAMPAIO  
**CORRÉU** : NAYARA CAROLINA MAIOTO CALVO  
**CORRÉU** : EMANUEL GABRIEL DOS SANTOS  
**CORRÉU** : PAULO JOSE DA SILVA PEREIRA  
**CORRÉU** : PATRICIA ROBERTA RODRIGUES DE MELO  
**CORRÉU** : DAYANE TAMIRES DE MORAIS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO DE JESUS MARTINS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2128448-25.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e denunciado pela suposta prática do crime previsto nos arts. 2º, *caput*, e § 2º, da Lei n. 12.850/13, art. 35, da Lei n. 11.343/06 e 33, § 1º, inciso I, da Lei n. 11.343/06, na forma do art. 69, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta que "a prisão antes de condenação, para viver em harmonia com a garantia constitucional da presunção do estado de inocência, só pode ser determinada em casos excepcional e de comprovada necessidade. E essa necessidade, por óbvio, deve ser entendida sob a óptica instrumental, isto é, a segregação cautelar somente pode ser decretada nas hipóteses em que o acusado pudesse influenciar ou causar obstáculos à instrução processual, o que não ocorre no caso em tela" (fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, que seja concedida a liberdade provisória, sem pagamento de fiança, e consequentemente expedido o devido alvará de soltura ou, subsidiariamente, que seja substituída a prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.  
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente